



Anexo Empregado

Entidade C&A: C&A MODAS UNIPESOAL Lda

Data de Criação – Criado por	2018/04 – Equipa RGPD
Data de revisão – Revisto por	
Versão Atual	0.5
Confidencialidade	Externa
Data da próxima revisão	2019



Conteúdo

1	Disposições gerais	3
2	Categorias de Dados e Base Legal	4
3	Decisões Automatizadas	12
4	Destinatários de dados	12
5	Transferências Internacionais de dados fora do EEE	12
6	Prazos de Retenção	13

Eu sou um (antigo) Empregado

1 Disposições gerais

Tratamos os seus dados em cumprimento do disposto no Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados Pessoais da UE e todas as outras pertinentes disposições nacionais em matéria laboral e de proteção de dados.

Como seu empregador, precisamos de reter e tratar informação sobre si para as normais finalidades laborais. A informação que conservamos e tratamos apenas será usada para uso próprio no âmbito da gestão e administração. Iremos mantê-la e tratá-la apenas para nos permitir manter o negócio que gerimos e a nossa relação consigo de forma eficiente, lícita e apropriada, a partir do momento que se junta a nós, enquanto trabalhar connosco, no momento em que a sua colaboração terminar e depois de sair.

No âmbito da sua atividade profissional, terá de nos fornecer os seus dados pessoais necessários para estabelecer, manter e terminar a relação laboral e para desempenhar as obrigações contratuais relacionadas, estando nós obrigados a recolhê-los por lei. Sem estes dados, não nos será possível executar o contrato de trabalho consigo.

Está incluído o uso de informação que nos permita cumprir o contrato de trabalho, cumprir com quaisquer requisitos legais, perseguir os interesses legítimos da Sociedade e proteger a nossa posição jurídica, no caso de processo judicial. Se não nos fornecer estes dados, não nos será possível em algumas circunstâncias cumprir com as nossas obrigações e informá-lo-emos das consequências dessa decisão. Na qualidade de sociedade que se dedica ao negócio de retalho, por vezes, poderemos ter de tratar os seus dados por força dos nossos legítimos interesses de negócio, por exemplo, para finalidades administrativas de RH ou gestão do desempenho, para prevenir fraude ou para denunciar eventuais crimes.

Como regra-chave, a C&A apenas recolhe os dados dos seus colaboradores se os recebermos diretamente de si durante o contrato ou o processo de recrutamento. Em alguns ordenamentos, os seus dados também são recolhidos pelas autoridades por força da lei. Em particular, esta situação inclui inquéritos específicos ou informação fiscal relevante no serviço de finanças competente, bem como a informação sobre períodos de incapacidade na respetiva seguradora de saúde.

Não processamos os seus dados com base em interesses legítimos, quando os seus próprios interesses se sobreponham. Muita da informação que conservamos foi fornecida por si, mas alguma pode provir de fontes internas, como o seu *manager* ou, nalguns casos, fontes externas, como as já referidas. Naturalmente, será inevitavelmente referido em muitos documentos internos e registos produzidos por si e pelos seus colegas no curso da execução dos seus deveres e do negócio da sociedade.

Quando tratarmos categorias especiais de dados relacionados com a sua origem étnica ou racial, opiniões políticas, religiosas e filosóficas, filiação sindical, dados biométricos ou orientação sexual, obteremos sempre o seu consentimento explícito para essas atividades, salvo se tal não for exigido por lei ou a informação seja necessária para proteger a sua saúde em caso de emergência. Quando tratarmos dados com base no seu consentimento, terá o direito de retirar o seu consentimento a qualquer altura.

Salvo disposto abaixo, apenas transmitiremos dados sobre si a terceiras entidades se estivermos legalmente obrigados a fazê-lo ou quando precisarmos de cumprir os nossos deveres contratuais assumidos perante si, por exemplo, poderemos precisar de transmitir determinados dados sobre si a

outras entidades do grupo com finalidades relacionados com a sua colaboração ou a gestão do negócio da sociedade. Em poucas e necessárias circunstâncias, os seus dados podem ser transferidos para fora da UE ou para uma organização internacional, em cumprimento de disposições legais ou contratuais.

2 Categorias de Dados e Base Legal

<p>Dados sobre oferta e gestão de contrato, serviços de relocação, integração, incluindo posição, estado do contrato, prazo de trabalho, salário e outras compensações e benefícios de emprego (desconto de pessoal, subsídio de transporte público, outros sistemas de bónus)</p>	<p>O contrato em si (Art. 6º (1) (b) RGPD). Além disso, instrumentos de regulação coletiva de trabalho que podem ser usados para compensações e benefícios. (Art. 6º (1) (b) / Art. 88º (1) RGPD.</p>
<p>Função, linha de reporte e informações de contratos comerciais para comunicação interna incluindo, mas não se limitando a nome, função, linhas de reporte/ organogramas, endereço, código postal, residência, número de telefone e endereço de e-mail quando aplicável a Externos</p>	<p>Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros. (p.ex. autoridades) exceto quanto tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6º (1) (f) RGPD). O principal interesse da empresa é permitir uma comunicação interna eficaz.</p>
<p>Dados fornecidos à administração do tempo de trabalho e ausências devido a férias, doença, maternidade ou outras razões, folha de pagamento, marcação de viagens de negócios, uso de cartão de crédito da empresa e reembolso de despesas, desempenho ou gestão de talentos, fundos de pensão e seguros corporativos. Registo perante autoridades, gestão de carreira, consultas internas, relatórios internos, nome, género, data de nascimento, nacionalidade, local de nascimento e fotografia, relações familiares, visto/ permissão de trabalho/dados de relativos ao estado de imigração incluindo cópias de passaportes, número de pessoal, IDs de utilizador, dados sociais, dados bancários, número de segurança social, número de seguro de reforma, dados de competências, dados de desempenho, dados salariais, números de identificação fiscal, dados relativos à gestão de frotas / carros de aluguer, cartas de condução, dados relativos às instalações da empresa utilizadora (controlo de entrada, parque de estacionamento, cantina, chaves, equipamento de escritório.</p>	<p>O contrato em si (Art. 6º (1) (b) RGPD). Além disso, instrumentos de regulação coletiva de trabalho que podem ser usados para atribuição de compensações e benefícios. (Art. 6 (1) (b) / Art. 88 (1) RGPD). Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros. (p.ex. autoridades) exceto quanto tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6º (1) (f) RGPD). O principal interesse da empresa é administrar o negócio e gerir a relação contratual de forma eficaz, legal e apropriada. Quanto às categorias especiais de dados pessoais, de acordo com o art. 9º (1) RGPD os dados são tratados no contexto da relação de emprego, para exercer direitos ou para cumprir as obrigações legais decorrentes do direito do trabalho, direito de segurança social e proteção social ou direito fiscal (por exemplo, fornecendo dados de saúde para o Seguro de Saúde, registo da deficiência grave devido à</p>

	<p>determinação do imposto, crenças religiosas por razões fiscais). Além disso, os dados de saúde serão processados a fim de cumprir as nossas obrigações de saúde e segurança no trabalho - considerar como a sua saúde afeta a sua capacidade de realizar seu trabalho e se quaisquer ajustes ao seu trabalho podem ser apropriados. Também precisaremos desses dados para administrar e gerir o pagamento do subsídio por doença. Isso é feito com base no art. 9 (2) (b) RGPD.</p> <p>Além disso, o processamento de dados de saúde para a avaliação da sua capacidade de trabalho será legitimado pelo art. 9 (2) h RGPD ou com base no seu consentimento nos termos do art. 9 (2) (a) RGPD. (por exemplo, gestão de saúde no trabalho /reintegração).</p>
<p>Dados do arquivo da equipa para gestão de arquivos da equipa, por exemplo formulário de inscrição e referências, contrato de trabalho e quaisquer alterações deste; correspondência, por exemplo cartas sobre um aumento de salário ou informações necessárias para pagamento, benefícios e despesas, dados com vistas à administração de presença e ausência como registo de horário de trabalho, férias, incapacidade para o trabalho, trabalho acidentes, planos de pensão ou saúde, certificados de saúde, dados de seguros, viagens de negócios, gestão de frotas, estacionamento, dados sobre acidentes relacionados ao trabalho, processamento de dados de desempenho relacionados à atividade, registos relacionados ao seu histórico profissional, como registos de treinamento, e, quando apropriado, registos disciplinares e de reclamações.</p>	<p>O contrato em si (Art. 6º (1) (b) RGPD. Além disso, instrumentos de regulação coletiva de trabalho que podem ser usados para atribuição de compensações e benefícios. (Art. 6º (1) (b) / Art. 88 (1) RGPD.</p> <p>Quanto às categorias especiais de dados pessoais, de acordo com o art. 9º (1) RGPD os dados são tratados no contexto da relação de emprego, este é usado para exercer direitos ou para cumprir as obrigações legais decorrentes do direito do trabalho, direito de segurança social e proteção social ou direito fiscal (por exemplo, fornecendo dados de saúde para o Seguro de Saúde , registo da deficiência grave devido à determinação do imposto, crenças religiosas por razões fiscais). Além disso, os dados de saúde serão processados a fim de cumprir as nossas obrigações de saúde e segurança no trabalho - considerar como a sua saúde afeta a sua capacidade de realizar o seu trabalho e se quaisquer ajustes no seu trabalho podem ser apropriados.</p>

	<p>Isso é feito com base no art. 9º (2) (b) RGPD.</p> <p>Além disso, o processamento de dados de saúde para a avaliação de sua capacidade de trabalho será legitimado pelo art. 9º (2) h RGPD ou com base no seu consentimento nos termos do art. 9º (2) (a) RGPD (por exemplo, gestão de saúde no trabalho /reintegração).</p>
Dados de comunicação (e-mail/calendário/a / messenger/internet/uso do telefone) para a gestão de comunicação.	<p>Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros. (p.ex. autoridades) exceto quanto tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6º (1) (f) RGPD). O principal interesse da empresa é administrar os negócios e gerir as nossas comunicações de forma eficaz, legal e adequada.</p> <p>Além disso, instrumentos de regulação coletiva de trabalho podem ser usados como base para armazenamento e processamento de dados (Art. 6º (1) (b) / Art. 88 (1) RGPD).</p>
Outros dados de IT (direitos de acesso a redes e aplicações, utilização de sistemas relacionados ao trabalho, gestão de licenças, monitorização de segurança) para o gestão de sistemas de IT.	<p>Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros. (p.ex. autoridades) exceto quando tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6º (1) (f) RGPD). O principal interesse da empresa é administrar os negócios e gerir as nossas comunicações de forma eficaz, legal e adequada.</p> <p>Além disso, instrumentos de regulação coletiva de trabalho podem ser usados como base para armazenamento e processamento de dados (Art. 6º (1) (b) / Art. 88 (1) RGPD).</p>
Serviços Jurídicos relativos à relação contratual	<p>Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros. (p.ex. autoridades) exceto quanto tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6 (1) (f) RGPD).</p>
Vídeovigilância com propósitos de segurança	<p>Algumas instalações podem possuir vídeovigilância. O propósito principal da sua utilização será:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e Investigação de roubo/fraude • Segurança dos colaboradores • Segurança dos clientes • Recolha de prova em processos criminais • Investigação interna de fraude • Segurança das instalações <p>Este tratamento é baseado no nosso interesse legítimo ou de Terceiros (p.ex. autoridades) exceto quanto tais interesses sejam sobrepostos pelos seus interesses ou por direitos e liberdades fundamentais. (Art. 6º (1) (f) RGPD).</p>
--	---

Detalhes da vídeo vigilância

Sistema Vídeo	Pacote de dados	Finalidades	Base legal	Acessos	Prazo de retenção
Portal das áreas de venda Câmaras sem armazenamento		Prevenção e Investigação de roubo/fraud e Segurança dos Funcionários Segurança dos clientes Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Monitor do portal	Não é guardado
Portal das áreas de venda Câmaras sem armazenamento	Digital com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo/fraud e Segurança dos Funcionários Segurança dos clientes Recolha de prova em	Interesses legítimos LPDP	Monitor do portal Equipa de segurança	72 h

Sistema Vídeo	Pacote de dados	Finalidades	Base legal	Acessos	Prazo de retenção
		processos criminais Investigação interna de fraude Segurança das instalações			
Áreas de Venda(pan-tilt-zoom) sem armazenamento	Analógico, sem armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais Investigação de fraude interna Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Area de vendas Monitore Equipa de segurança	Não é guardado
Área de Vendas PTZ (pan-tilt-zoom) com armazenamento analógico	Analógico com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais	Interesses legítimos LPDP	Area de venda Monitor Equipa de segurança	Apagado manualmente / gravado sobre registo anterior

Sistema Vídeo	Pacote de dados	Finalidades	Base legal	Acessos	Prazo de retenção
		Investigação de fraude interna Segurança das instalações			
Câmaras fixas nas áreas de venda	Analógico sem armazenamento	Prevenção de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Area de vendas Monitor (clientes / funcionários)	Não é guardado
Gabinete da caixa Câmaras entrada	Analógico sem armazenamento	Prevenção de roubo / fraude Segurança dos Funcionários	Interesses legítimos LPDP	Monitores da sala das caixas registadoras (funcionários)	Não é guardado
Intercomunicador de porta(ativado pelo visitante)	Analógico sem armazenamento	Prevenção de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Monitor Interno (funcionários)	Não é guardado
Câmara de entrada do Staff (ativada por ligação / desarmamento do sistema de alarme)	Digital com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para	Interesse legítimos LPDP	Equipa de Segurança	Grava automaticamente e sobre registo anterior quando a cassete está cheia

Sistema Vídeo	Pacote de dados	Finalidades	Base legal	Acessos	Prazo de retenção
		processos penais Investigação de fraude interna Segurança das instalações			
Câmaras em zonas de risco como seja elevadores	Analógico sem armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais Investigação de fraude interna Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Monitores (funcionários / clientes)	Não guarda
Câmaras área de cargas	Analógico com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais Investigação de fraude interna	Interesses legítimos LPDP	Equipa de segurança	72 h

Sistema Vídeo	Pacote de dados	Finalidades	Base legal	Acessos	Prazo de retenção
		Segurança das instalações			
DC Site Entrada Cameras com Licença de gravação	Analógico com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais Investigação de fraude interna Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Equipa de segurança	72 h
HQ vídeo recolhido no Lobby, áreas de entrada e zona de estacionamento	Analógico com armazenamento	Prevenção e Investigação de roubo / fraude Segurança dos Funcionários Segurança do cliente Recolha de provas para processos penais Investigação de fraude interna Segurança das instalações	Interesses legítimos LPDP	Equipa de segurança	72 h

3 Decisões Automatizadas

A C&A não recorre a decisões automatizadas incluindo definições de perfis no processo de gestão laboral.

4 Destinatários de dados

No âmbito da nossa sociedade, apenas as pessoas com determinadas funções (p. ex., o Departamento, comissão de trabalhadores, representação de pessoas com deficiência) é que recebem os seus dados pessoais, dos quais precisam para cumprir as nossas obrigações legais e contratuais. No âmbito do nosso Grupo de Sociedades, os seus dados são transmitidos a sociedades específicas para tratamento de dados ao nível central e para as afiliadas do grupo (p. ex., administração de Pensões e folha de vencimentos, *IT*).

Complementarmente, para cumprir as nossas obrigações legais e contratuais, usamos diferentes serviços e fornecedores de *cloud* (p. ex., SAP Success Factors). Não se trata de relações comerciais temporárias que sejam cobertas por contratos de tratamento por conta entre a C&A e o fornecedor.

Além disso, para cumprir as nossas obrigações contratuais e legais, usamos serviços diferentes (atendimento ao cliente externo, prestadores de pagamento externos) ou prestadores de *cloud*. Estas não são relações comerciais temporárias cobertas por contratos de processamento de pedidos entre a C&A e o prestador.

Podemos transferir os seus dados pessoais para outros destinatários exteriores à sociedade, na medida em que tal seja necessário para cumprir as obrigações legais e contratuais enquanto empregador, por exemplo:

Autoridades (fundo de pensões, saúde e outras instituições de segurança social, autoridades fiscais, tribunais, advogados externos)
Bancos, Seguradoras, Autoridades Comerciais externas, Consultoras
Administradores de insolvência em caso de insolvências / Terceiros credores
Outras agências de viagens e empresas de transportes

5 Transferências Internacionais de dados fora do EEE

A C&A pode transferir os dados dos seus colaboradores na União Europeia e/ou na Suíça, pois a C&A é parte do Grupo COFRA, sedado em Zug, Suíça. As transferências dentro da UE e desde e para a Suíça permitidas, com base nos padrões elevados de proteção de dados (conforme descritos abaixo). Contudo, existem outras situações em que os dados podem ser transferidos para outro país fora da UE e/ou da Suíça. Por exemplo: se os seus dados estiverem armazenados num sistema de TI

hospedado por uma terceira entidade de confiança e esta terceira entidade estiver sediada noutro país como sejam os Estados Unidos da América, os seus dados podem ser transferidos para esse país de forma a permitir que os parceiros de confiança da C&A nos forneçam e a si os seus serviços de *helpdesk*.

Nos casos em que a C&A precisar de transferir os seus dados para da UE, a C&A tomará as medidas apropriadas para assegurar que os seus dados estejam protegidos de acordo com elevados padrões, ao abrigo do direito da União e será notificado autonomamente.

Desde que as soluções técnicas usadas para tratar os seus dados de colaborador, o armazenamento só ocorrerá dentro da União Europeia. Na medida em que as soluções técnicas fornecidas pelos nossos parceiros de *software* sejam mantidas por entidades sediadas fora da União Europeia, serão celebrados Cláusulas-tipo da União Europeia ou “Privacy Shield” para garantir um nível adequado de proteção dos dados.

6 Prazos de Retenção

Nós apagamos as suas informações pessoais assim que elas não sejam mais necessárias para as finalidades acima referidas. Após o termo do contrato de emprego, os seus dados pessoais só serão armazenados, se estivermos legalmente obrigados a fazê-lo. Isto é regularmente o resultado de obrigações legais de prova e retenção, que são reguladas, nomeadamente, no Código Comercial e na Legislação Tributária. Os períodos de armazenamento chegam aos dez anos. Para além deste prazo, os dados pessoais podem ser retidos até ao termo do período dentro do qual podem ser intentadas ações judiciais contra a empresa, nomeadamente, (prazos de prescrição legais de um, cinco ou quarenta anos ou, no caso de um direito à reparação por parte da empresa, enquanto durar este direito).

Para períodos de retenção de videovigilância, consulte a respetiva seção *supra*.